

A Fundação Municipal do Meio Ambiente – FLORAM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIX, Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.645 de 1995, concede a Licença Ambiental de Operação ao requerente tal como segue:

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| Processo Administrativo: E 023305/2020 | Parecer Técnico: 3003/2021 | Validade da Licença: 03/02/2025 |
| Processo Administrativo LAP: DIV/17046/CRF (IMA) | | |

Identificação do Empreendedor

| | |
|----------------------------------|---|
| CPF/CNPJ: 03.356.547/0001-12 | Nome ou Razão Social: CASSOL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA |
| Endereço: JOSE CARLOS DAUX, SN , | |
| Município: FLORIANÓPOLIS | UF: SC |

Identificação da Atividade

| | |
|--|---|
| Nome do Empreendimento: CASSOL INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA | |
| Atividade: 43.01.00 - Comércio atacadista e/ou depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto | |
| Atividade Secundária: -- | |
| Endereço: Rod. J.C. DAUX SC 401, 1953, | |
| Bairro: Monte Verde | |
| Inscrição Imobiliária: 46.25.034.1090.001-675 | Coordenadas UTM (SIRGAS 2000) x: y:6949550 |

Da Operação

A presente Licença, concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais:

1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da FLORAM.
2. A FLORAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - a) Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - b) Superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - c) Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme artigo 42 da Lei Estadual 14.675/09.

Local, Data

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2021.

Responsáveis

| | |
|--|---|
| Rafael Poletto dos Santos Superintendente | Daniel Vinicius Netto Diretor de Licenciamento Ambiental |
| Documento eletrônico assinado digitalmente | |

Documentos anexos

--

Condições de validade**1. Descrição do empreendimento**

Comércio atacadista com depósitos de produtos extrativos de origem mineral em bruto, denominado "LOJA CASSOL CENTERLAR", Unidade Saco Grande, com localização a Rodovia SC-401, também denominada José Carlos Daux, s/n, Saco Grande, Florianópolis. Trata-se de comércio de produtos relacionados a construção civil para atendimento a demanda da população local da área de entorno, ou seja, servir às comunidades dos Bairros Monte Verde, Saco Grande, Cacupé, Sambaqui, Santo Antônio de Lisboa e demais adjacentes. O projeto original do empreendimento contemplava uma área total de construção de 32.446,18 m² e depois foi reduzido para 20.033,33 m², com a finalidade de respeitar os limites legais de afastamento da faixa sanitária. O terreno possui uma área total de 12.302,61 m².

O empreendimento possui ETE de lodo ativado seguido por desinfecção dimensionada com vazão média de 0,34 L/s composta por: decantador primário, reator aeróbio, decantador secundário, desinfecção, tanque de descarte de lodo, disposição final na rede pública de drenagem urbana.

2. Aspectos florestais

a) Uso de APP: não há previsão de uso de APP.

b) Autorização de Corte de Vegetação: não haverá corte ou supressão de vegetação.

3. Controles ambientais

- Esgoto Sanitário: tratamento de esgoto através de ETE compacta por lodos ativados seguido por desinfecção de acordo com projeto apresentado (processo FATMA). O sistema deve atender aos padrões de lançamento estabelecidos na Lei Estadual nº 14.675/2009 e Resolução CONAMA nº 430/2011.

- Gestão de Resíduos Sólidos: separação de resíduos sólidos recicláveis; uso de contentores padrões. Promover a correta coleta, segregação, armazenagem e destinação dos resíduos gerados na operação do empreendimento.

4. Programas ambientais

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos/PGRS, contemplando a coleta e a destinação final dos resíduos sólidos comuns, que serão armazenados em espaços apropriados e coletados pela rede de coleta da municipalidade, de acordo com a periodicidade arbitrada, e lodo da ETE. Segregar, acondicionar, reaproveitar/reciclar, transportar e destinar adequadamente os resíduos sólidos.

- Programa de monitoramento da qualidade do efluente tratado, O sistema de esgotamento sanitário instalado deverá ser submetido à manutenção e limpeza, e os resíduos (lodos) removidos deverão ser transportados e destinados por empresa habilitada e portadora de Licença Ambiental para operação desta atividade. A ETE deve atender aos padrões de lançamento da resolução Conama nº 430/2011 e Lei Estadual nº 14.675/2009 devendo ser comprovado por análises laboratoriais com frequência bimestral dos parâmetros DBO, Sólidos Sedimentáveis, Nitrogênio Amoniacal Total, P, pH, Escherichia coli, Óleos e graxas e Temperatura. As coletas devem ser realizadas por profissional habilitado. As amostras devem ser coletadas e analisadas por laboratório acreditado pelo INMETRO – NBR 17025/2005 ou certificado pelo IMA.

- Programa de gestão ambiental de operação do sistema de tratamento de efluentes.

5. Medidas compensatórias

Não há

6. Condições específicas e Condicionantes

- Esta licença não dispensa a obtenção de outras licenças, autorizações e/ou alvarás municipais, estaduais e federais necessários para a operação do empreendimento.
- O empreendedor deve expor, em local no próprio empreendimento, a licença ambiental concedida.
- Preservar a vegetação ciliar nativa do curso d'água de acordo com o afastamento estabelecidos pela legislação ambiental (Lei Federal 12.651/2012).
- Promover a substituição dos indivíduos de *Pinus/Eucalyptus/Casuarina* existentes no imóvel territorial, notadamente na faixa de APP do curso d'água, em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.495/2018, por meio de pedido de autorização específico junto à Floram e com acompanhamento de responsável técnico, no prazo de 12 meses a partir da emissão desta licença. Encaminhar relatório da substituição realizada à Floram para ser anexado ao processo de licenciamento.
- Manter Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS, contemplando a coleta, acondicionamento, e destino final adequada dos resíduos sólidos, incluindo o lodo da ETE.

- f) Manter o Programa de monitoramento da qualidade do efluente tratado com análises bimestrais.
- g) Apresentar anualmente:
 - 1. Relatório do Programa de monitoramento da qualidade do efluente tratado de esgoto sanitário com análises bimestrais, junto com os laudos do monitoramento, histórico de monitoramento, padrão legais de referências. O monitoramento tem frequência bimestral e serão analisados os seguintes parâmetros DBO5, Sólidos Sedimentáveis, Nitrogênio Amoniacal Total, Fósforo, pH, *Escherichia coli*, Óleos e graxas e Temperatura. As amostras deverão ser coletas por profissional habilitado.
 - 2. ART do responsável pelo laudo e monitoramento.
 - 3. Apresentar ART do profissional responsável pela Operação e Manutenção da ETE.
 - 4. Apresentar Relatório de acompanhamento do PGRS indicando situação dos locais de armazenamento e contentores e conformidade na execução/operação, junto com comprovante de coleta de lodo com LAO vigente da empresa responsável.
- h) A operação, manutenção e monitoramento do sistema de tratamento de efluentes deve atender as normas pertinentes e aos padrões estabelecidos na legislação ambiental.
- i) O lançamento de efluentes líquidos deve atender aos padrões previstos na Resolução do CONAMA nº 430/2011 e Código Estadual do Meio Ambiente (Lei Estadual nº 14.675/2009). No caso da eficiência necessária não seja alcançada, implantar imediatamente as correções necessárias e informar a Floram.
- j) O lodo excedente adensado deverá ser recolhido e ter destinação ambientalmente correta, como resíduo Classe I.
- k) O sistema de tratamento deve ser hermético de maneira que os odores sejam isolados por meio de sistema de ventilação.
- l) Manter profissional técnico responsável pela Operação e Manutenção da ETE durante a vigência da LAO.
- m) O sistema de coleta de esgotamento sanitário do empreendimento deverá ser conectado à rede da CASAN, quando esta estiver disponível e a ETE desativada. Apresentar a Floram comprovação da ação executada.
- n) Sistema de prevenção e combate a incêndios, consoante as normas adotadas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina.
- o) A manutenção, operação e monitoramento dos sistemas de controle ambiental deverão ser adequados e obedecer aos padrões de emissão segundo a legislação ambiental em vigor
- p) A ampliação do empreendimento depende do competente licenciamento ambiental. A alteração na titularidade do empreendimento deve ser comunicada à Floram, com vistas à atualização dessa informação no processo administrativo e na licença ambiental concedida.
- q) O não cumprimento da Legislação Ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes as sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto 6.514/08.
- r) Esta Licença Ambiental de Operação – LAO pode ser, a qualquer tempo, revogada pelo descumprimento das condicionantes.
- s) Qualquer alteração nas informações prestadas deverá ser previamente comunicada à FLORAM.

Observações

- 1. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- 2. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- 3. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- 4. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- 5. De acordo com o Art. 40, Inciso II, parágrafo 4 da Lei Estadual nº 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação – LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- 6. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada a FLORAM sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.